

A Geo-etnografia da Barra do Pacuí: experiências vividas nos lugares, nos espaços e entre a gente do sertão¹

The Geo-ethnography of Barra do Pacuí: experiences lived in places, spaces and by sertão people

Angela Fagna Gomes de Souza²

Geraldo Inacio Martins³

Rodrigo Herles dos Santos⁴

Carlos Rodrigues Brandão⁵

Resumo: O presente estudo foi desenvolvido na região do médio São Francisco, no município de Ibiaí, Norte de Minas Gerais, tendo como “loco” empírico, a comunidade de Barra do Pacuí. A abordagem investigativa foi conduzida por meio da análise de como os camponeses desta comunidade, percebem, sentem, representam e atuam sobre o meio ambiente em que vivem e trabalham. Do ponto de vista teórico, foram discutidos os conceitos acerca da questão ambiental, da relação entre a comunidade e o ambiente, além da constituição simbólica e econômica das chamadas sociedades tradicionais. Desta maneira, foi conduzida uma análise “geo-etnográfica” da comunidade, a qual permitiu a descrição completa do modo-de-vida e das formas de manejo do ambiente local, destacando principalmente, aspectos de sua Geografia interna.

Palavras-chave: Natureza. Cultura. Campesinato. Manejo do Ambiente. Tradição.

Abstract: The present research was developed in middle São Francisco region, in the city of Ibiaí, North of Minas Gerais, having as empirical loco the Community of Barra do Pacuí. The investigative approach was conducted by the analysis of how the community peasants, understand, feel, represent and act on the environment where they live and work. On the theoretical point of view, were discussed the concepts about the environmental question, the relation among the community and the environment, beyond the symbolical and economical constitution of the known as traditional communities. By this way, was conducted what is considered a community Geo-ethnographic analysis and that allowed the complete description about ways of life and local environment management, detaching mainly, aspects of their internal geography.

Key words: Nature. Culture. Peasantry. Environment Management. Tradition.

1 Este trabalho é fruto das atividades dos projetos de pesquisa: “Tempos e espaços nas sociedades camponesas” - ligado ao laboratório de geografia agrária da UFU, financiado pelo CNPQ – e pelo projeto “Opará: tradição, identidades, territorialidades e mudanças entre populações rurais e ribeirinhas no sertão roseano” – ligado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da UNIMONTES, financiado pela FAPEMIG.

2 Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

3 Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

4 Doutorando em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.

5 Livre docente em Antropologia pela UNICAMP, professor visitante da UFU.

INTRODUÇÃO

A tradição da pesquisa no Brasil sobre as pequenas comunidades rurais incide em geral ou sobre os conflitos gerados pela questão agrária, ou sobre questões estruturais da dimensão agrícola. São, ainda, poucos e pioneiros os estudos que relacionam o agrário, o agrícola e o ambiental, com o foco sobre este último. Este artigo é uma síntese de um estudo mais amplo realizado na comunidade de Barra do Pacuí, situada no Norte de Minas Gerais. Trata-se de uma comunidade tradicional, que desenvolve um modo de vida bastante interessante entre a prática agrícola campesina, o uso de ilhas fluviais como extensão do seu território e uma intensa ligação com o rio São Francisco.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados de pesquisas de campo, com vistas a caracterizar a “geo-etnografia”¹ da Barra Pacuí, demonstrando os saberes e as práticas de produção no trabalho em escala camponesa. Foram desenvolvidas reflexões acerca da relação sociedade e meio ambiente, da constituição simbólica e econômica das comunidades tradicionais e dos elementos caracterizadores de uma sociedade camponesa.

Os procedimentos metodológicos foram conduzidos na perspectiva de uma abordagem qualitativa, no qual se trabalhou com instrumentos de levantamentos de dados baseados nas técnicas de observação participante do cotidiano dos moradores, nas relações de trabalho, enfim, no modo de vida da comunidade de Barra do Pacuí.

O trabalho foi estruturado da seguinte maneira: (1) uma discussão teórica, de caráter preliminar, com o intuito de situar o leitor acerca de algumas reflexões que unem as comunidades rurais e as suas formas de individualizar os espaços e, (2) uma descrição da comunidade de Barra do Pacuí, apresentando o histórico de sua formação, as formas de uso dos espaços e as relações socioambientais, compondo o que chamamos de “geo-etnografia” da comunidade.

IDEIAS SOBRE GEO-ETNOGRAFIA: COMUNIDADE RURAL E A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS

O mundo do camponês tradicional, regido por uma estreita relação entre a técnica e o ambiente, é comumente reconhecido por sua estabilidade nas relações sociais, econômicas, ambientais e por seus padrões sociais rígidos. A comunidade pode ser definida segundo vários contextos ou dimensões de vida. Ela apresenta tipologias de relações sociais muito diferentes das que são vividas em contextos urbanos, no que se refere ao uso e ao significado do espaço.

Muitas comunidades camponesas se organizam socialmente para produzir e para viver, de forma a evitar o destino anunciado de se lançar inteiramente em uma economia de mercado, deixando sobreviver laços de reciprocidade, de ajuda mútua e de uma prática econômica à margem do mercado (WOORTMANN, 1990), caracterizando, desta forma, uma economia do excedente descrita em Martins (1975). Isso não é dizer que o sujeito camponês esteja situado fora do mundo da mercadoria. Ao contrário, o que ocorre neste caso é uma diferença na forma como a produção campesina se insere no mercado.

Para Martins (2002), existem diferenças entre a classe social camponesa e operária, expondo que o sujeito social camponês, diferentemente do operário urbano, não surge como um produto das relações desiguais entre classes (em termos de compra e venda de força de trabalho). O camponês só pode ser entendido dentro de um circuito amplo de relações com a terra. É através dos usos da terra, como solo produtivo, que o camponês produz e se reproduz em todas as dimensões da vida social.

A produção econômica dentro da organização camponesa está sujeita a ocorrência de fatores variáveis. Woortmann (1983), ao estudar a composição e a articulação dos espaços produzidos no interior do sítio camponês, mostrou que existe uma lógica que orienta o trabalho camponês, isto é, uma articulação funcional dos espaços internos, cujos usos conferem condições de manutenção da produção.

1 Trata-se da manipulação parcial de dados da pesquisa de campo realizada entre 2007 e 2008, cujos dados completos podem ser encontrados na dissertação de mestrado apresentado no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, com o título: AQUI ESTOU, AQUI FAÇO O MEU LUGAR: um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí, município de Ibiaí-MG. Ano de 2008.

Ao decompor a gramática e classificação dos usos do espaço, a autora revela a complexa organização da vida camponesa como um todo, apontando as várias estratégias e adaptações possíveis que podem ser acionadas no plano da vida e do trabalho para responder contingências e mudanças às quais, a própria reprodução, enquanto classe, está submetida.

Estudando o campesinato parcelar do Nordeste em face de um processo de intensa pecuarização, Woortmann (1983) mostra como esse processo submeteu os camponeses locais a uma situação de diferenciação espacial dos seus sítios para permitir a sobrevivência e sua reprodução. Para a autora, os camponeses viram-se forçados a passar do modelo antigo da articulação de espaços como o mato, a capoeira grossa, a capoeira fina, a roça e a casa, em que se combina a criação de gado, a extração de madeira e a agricultura de pequena escala, em um regime de períodos curtos de plantio e períodos longos de “pousio”, para descanso da terra; para um modelo novo ou “chão de roça” e dos seus espaços: capoeira fina, palma, pasto e roça.

Essa articulação entre “natureza” e “sociedade” camponesa, mostrada pela autora, é que gera elementos vivos e meio de vida social, que no limite são as próprias condições de reprodução socio-culturais das sociedades tradicionais. Neste mesmo caminho, Brandão (1995) aponta no meio rural um interessante jogo de regras de uso e não uso dos espaços, no que ele classificou de “lógica da natureza” e de uma “ética ambiental”, contida nas práticas produtivas camponesas. Tudo isso pode ser evidenciado na construção cultural dos lugares, conforme exposto por Brandão (1995).

Se entre ranchos e casas os espaços domésticos são apenas precariamente individualizados, são muito marcadas outras gramáticas simbólicas de separação entre categorias de pessoas através de presenças e usos desiguais em/de espaços diferentes. Assim, há locais domésticos mais masculinos, outros mais femininos e outros aparentemente neutros (BRANDÃO, 1995, p.187).

O autor revela, ainda, como é realizada a produção espacial dos lugares individuais no mundo rural, e como é que ocorrem, por intermédio das experiências de vida e do trabalho, as diferenciações sociais dos lugares. Assim, através do seu trabalho, poderemos verificar que quem cuida do pomar são

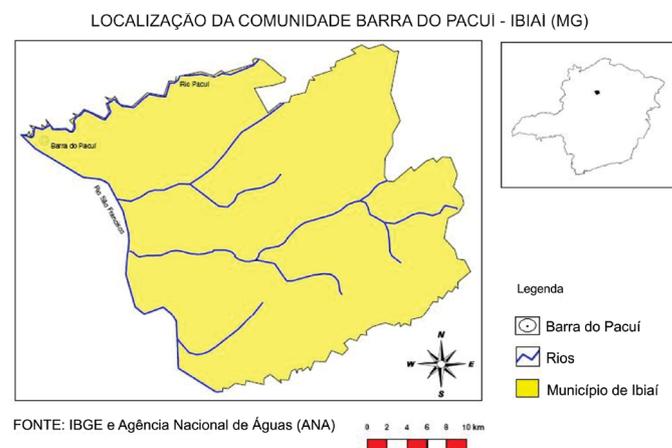
normalmente as mulheres, e que os homens podem frequentar a mata/floresta, sendo que os lugares de trabalho, o pasto e o mangueiro, são espaços mais masculinos.

Todo esse jogo de categorias que vêm do mundo popular para o mundo da ciência, como o “aqui”, o “acolá”, o “onde”, o “lá”, apontado por Brandão (2005), pode dizer muito sobre como as pessoas constroem, no dia-a-dia, os seus sistemas de significação e de compreensão em relação à natureza e ao espaço, fundando uma cartografia pessoal, a qual revela a essência de outra categoria tão lembrada e, ainda, misteriosa, chamada de percepção ambiental.

Para Brandão (1995), a relação com o ambiente na comunidade rural tradicional está associada ao tempo ou especificamente com o modo como ela se insere no espaço/lugar e com as formas tradicionais de trabalho. O conhecimento tradicional, como o “saber”/“saber-fazer”, está em consonância com o mundo natural e com o mundo sobrenatural, com destaque para o conteúdo das relações socioespaciais e as formas culturais de transmissão do conhecimento, isto é, as relações entre gerações que garantem a manutenção de princípios sociais específicos das comunidades.

A COMUNIDADE DE BARRA DO PACUÍ: ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O município de Ibiaí/MG está localizado no médio/baixo São Francisco, Norte de Minas Gerais, a cerca de 550 km de Belo Horizonte. A comunidade, por sua vez, situa-se à cerca de 20 km da sede do município de Ibiaí, como mostra o mapa 01.



MAPA 01: Localização geográfica da comunidade de Barra do Pacuí, inserida no município de Ibiaí-MG.

FONTE: IBGE e Agência Nacional de Águas (ANA) Elaborado por: RIBEIRO, Raphael Medina; SANTOS, Rodrigo Herles (2007)

De acordo com os dados colhidos em pesquisas de campo, a formação da comunidade teve início na década de 30. Como mostra a entrevista abaixo, 5 (cinco) famílias, de origem negra, oriundas de uma fazenda na região, instalaram-se em uma área às margens do rio São Francisco, distante cerca de 20 km da sede do município de Ibiaí:

Eram cinco famílias que comprou o direito aqui. Eram amigos na fazenda e reuniram os cinco e compraram o direito aqui, no caso da fazenda não sei de quem ficaram sabendo desse terreno estava disposto, aí vieram e compraram quarenta e oito alqueires¹ de terra. (Entre os cinco, ficaram quatro com dez alqueires e um com oito, foi por aí que começaram, mudaram para aqui em 1934, eu nasci em 1937, e aí foram indo, no princípio morava na beira do rio, mas naquele tempo chovia bastante, tinha muita enchente, tinha que ficar mudando cá para fora, para o alto. (Entrevista com o Sr. J. B., 2007)².

Essas famílias ocuparam uma área medindo, aproximadamente, 38 ha, desenvolvendo ali atividades relacionadas à pesca e à agricultura em terra firme e várzea. Com a agricultura, obtinham gêneros alimentícios, como: arroz, feijão e milho. Utilizando-se de uma prática comum aos moradores ribeirinhos, frequentavam os mercados as margens do rio, especialmente o da cidade de Pirapora, no qual conseguiam os gêneros que não eram produzidos na comunidade, como sal e tecidos.

Antigamente pra ir a Pirapora tinha que ir de canoa, era uma viagem longa, agora sai de manhã e volta à tarde. Levava muitas coisas pra vender no comércio, farinha, porco, o barco era de um remo só. O barco pesava quase 300 kg e era movido no braço. Levantava de madrugada para fazer feijoada pra levar de matutagem. Quando voltava trazia sal, pano pra fazer roupas para usar nas festas de fogueira. (Entrevista com Dona M., 2007)³.

A ligação entre a Barra do Pacuí e o mercado de Pirapora era feita por meio de canoas. As lembranças dessas viagens ainda estão vivas na memória dos moradores mais antigos, que contam, com romantismo, as histórias deste tempo.

Conforme dados obtidos em pesquisas de campo, a comunidade é composta por 31 casas, utilizadas com fins de residências. A disposição das casas separa a comunidade em duas partes, a de cima e a de baixo. Na parte de cima, encontram-se enfileiradas um conjunto de 22 casas. Nessa parte, ainda localiza-se a escola, a praça e a igreja. Separando as duas partes, estão duas ruas, uma no centro das fileiras de casas e outra na porção Nordeste da comunidade. Na parte de baixo, encontram-se o restante das casas, um bar e o campo de futebol.

A população é composta por 249 pessoas, sendo predominante o gênero feminino, em uma proporção de 56,25% de mulheres contra 43,75% de homens. Essa predominância feminina é explicada em virtude do processo de migração, visto que ela é seletiva. E, no caso de Barra do Pacuí, os homens são forçados a uma mobilidade social maior do que as mulheres.

O alto índice de aposentados favorece a estabilidade do sistema econômico local, não predominando relações de trabalho assalariado, pelo menos entre os membros da comunidade. A circulação interna de dinheiro é bastante precária. Em grande parte, o dinheiro em espécie é obtido apenas por meio das aposentadorias. Este fator pode, inclusive, explicar o grande número de crianças e mulheres presentes na comunidade, já que em muitas residências, foram encontradas crianças e mulheres morando e sendo sustentadas diretamente pelos aposentados.

UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA?

Constata-se que essa comunidade se desenvolveu no quase absoluto isolamento social no que tange à origem das famílias e, às trocas ou à absorção de novos membros no interior da comunidade. Quase a totalidade da comunidade é descendente direto das famílias originais. Os laços de parentesco são

1 A título de esclarecimento: 1 Alqueire (mineiro ou geométrico) corresponde a 4,84 hectares.

2 Sr. J. B., 65 anos, aposentado. Camponês nascido em Barra do Pacuí, sua família foi uma das cinco pioneiras da Barra do Pacuí. Viveu toda a vida na comunidade entre a agricultura, a pescaria e as longas viagens de canoas, que segundo ele faz parte de um tempo que não volta mais, no qual o rio possuía vida, saúde e uma alegria que contagiava os ribeirinhos. Sr. J. B. é um dos mais importantes líderes atuais da comunidade.

3 Dona M., 68 anos, viúva, aposentada. Camponesa nascida e criada em Barra do Pacuí. Até hoje com ajuda do filho, cultiva roça na beira do rio Pacuí.

bastante próximos. O estabelecimento de um sistema de trocas e de casamento dentro da comunidade garantiu a manutenção total dos usos do território. Com isso, a comunidade, ainda hoje, é composta quase que exclusivamente por negros.

Desta maneira, praticamente todos os que habitam Barra do Pacuí são parentes consanguíneos. Com exceção, há alguns pescadores, considerados de fora, mesmo residindo na comunidade há mais de 20 anos.

Qualquer pessoa que passa pela comunidade, sempre questiona sobre a possibilidade de se tratar de uma comunidade Quilombola. Na prática, os moradores não se definem enquanto uma comunidade quilombola, seja no sentido sociológico do conceito, seja nos desdobramentos de uma ação política.

As próprias relações sociais e de poder, levamos a corroborar com o entendimento local. Trata-se muito mais de compreender as práticas econômicas, de trabalho e de usos do território, as quais passam à ideia de uma comunidade camponesa tradicional, do que a interpretação das possíveis condições sociopolíticas que teriam forjado uma comunidade quilombola, o que não é caso de Barra do Pacuí.

TEMPOS E ESPAÇOS NA COMUNIDADE DE BARRA DO PACUÍ

A pesquisa de campo propiciou a oportunidade de observar o cotidiano dos moradores camponeses que habitam a comunidade de Barra do Pacuí que ocupam os espaços de três maneiras específicas:

a) Espaço de relações sociais e de convivência: constituído basicamente por lugares nos quais os membros da comunidade ocupam mais intensamente, isto é, na maior parte do tempo. Esses espaços não são frequentados com a função de produzir, ou seja, os moradores não estão “lá” para, através de sua organização social do trabalho, manejar os elementos de produção e os da natureza, obtendo assim, a produção. Os moradores estão nesses lugares e neles permaneceram por um longo período de tempo, envolvidos em situações comuns: conversas, brincadeiras, lazer, jogos, bebidas, rezas, estudos.

Sobre os lugares sociais situados no mundo da cultura, as casas, lugar da convivência familiar, apresentam semelhanças entre si. Em 100% das moradias, a casa é dividida em duas unidades distintas; a casa

como abrigo e o quintal como extensão do trabalho feminino, como afirma a agricultora dona Maria: “Na comunidade onde nós moramos, eu gosto mesmo é da minha casa, mexer com minhas lavouras, mexer com umas coisas aqui outras ali, isso é bom demais”.

Praticamente, nenhuma residência é murada. Geralmente os quintais são abertos. Em alguns poucos casos, eles são cercados por arame. Neles, são encontradas plantas ornamentais e, geralmente, são usadas para armazenar ferramentas. Este espaço é tipicamente feminino. É no quintal, por exemplo, que as roupas e outros utensílios do lar são lavados. O padrão de construção, ao longo do tempo, vem sofrendo alterações. Foi possível observar casas de alvenaria em substituição às antigas casas de “adobe”.

Ao contrário da casa, a praça é um lugar de convivência entre os núcleos familiares. Por vezes, foi possível observar em diferentes horas do dia, quem e como as pessoas a usavam. Ela é mais intensamente o lugar das crianças. Muitas a frequentam no intervalo das aulas, outras por todo o dia, envolvidas em brincadeiras e jogos infantis. Os adultos quase nunca se sentam nos bancos, recém-instalados. No período da noite, os jovens são ocupantes prioritários da praça, provavelmente, onde se desenrolam os pequenos namoros.

No meio do caminho, entre o lugar da inocência e dos primeiros namoros, a praça tem uma função social importante. É “lá” que os adultos se reúnem para aguardar o único meio de transporte oficial, o ônibus que liga a comunidade à sede do município. Ele faz o itinerário diário de “ir e vir” ao município de Ibiaí.

A sede da Igreja de Nossa Senhora Aparecida é utilizada pela comunidade como um espaço comum a todos. Missas são celebradas, com frequência, aos domingos a partir das 09 horas. As celebrações comuns são realizadas por membros da comunidade. Em ocasiões especiais, o padre da paróquia de Jequi-tai/MG comanda as celebrações.

A organização das atividades eclesásticas fica a cargo das senhoras. Não é raro vê-las reunidas, duas ou três vezes por semana, sempre às 19 horas, para cuidar das atividades da igreja.

Em termos de diversão, foram encontrados dois campos de futebol. Os campos são espaços de uso exclusivo dos homens, frequentados, principalmente, por jovens e adultos de idade até 40 anos. Quase todos os dias, entre as 17 horas e às 19 horas, pode-se acompanhar a diversão dos jovens.

O bar, também, é um espaço exclusivo dos homens. Nesse espaço, em pouquíssimas ocasiões, observamos pessoas do sexo feminino, criança, jovem, adulta ou idosa frequentando o bar. Não é possível encontrar gêneros alimentícios em nenhum dos dois bares ou “botecos”, como são chamados pelos moradores, somente bebidas alcoólicas.

Se os bares são frequentados por homens, geralmente jovens e adultos, a escola é exclusiva das crianças e dos jovens de menor idade. As crianças têm atendimento na comunidade somente até a 9ª série. O ensino médio é completado na sede do município, no período noturno. Pelos menos 15 jovens se deslocam diariamente, em ônibus escolar, da Barra do Pacuí à sede do município e retornam ao término das aulas.

Entre os espaços sociais, frequentados por homens ou mulheres, a casa de farinha é um espaço da sociabilidade familiar estendida à parentela. O uso do local é comunitário, restrito no tempo, apenas em épocas de beneficiamento da mandioca e produção de farinha. As famílias se sucedem manipulando os instrumentos de trabalho, mas essencialmente se comunicando e produzindo sociabilidade.

b) Espaços de socialização precária: Entre o mundo de pura cultura ou de socialização e o mundo da pura natureza, a comunidade de Barra do Pacuí mantém pelo menos três espaços frequentados para agricultura. Estes são os espaços da realização das relações sociais de trabalho mais típicos dessa comunidade.

São nesses espaços que a comunidade se organiza para plantar, colher e, quem sabe, para dar sentido e sentimento às suas vidas. No meio do caminho, entre os domínios de pura natureza e da cultura, os moradores de Pacuí classificaram os três lugares de trabalho, nos quais as regras de usos e de frequentamento o distingue dos outros domínios:

A Ilha é um espaço apenas de plantio, mede aproximadamente 24 ha. Todos na comunidade têm direito de plantar, normalmente no período de chuvas. Ninguém é dono da terra, o direito é fixo, mas o tempo de utilização é livre, isto é, quem cuida tem direito de plantar e quem não cuida não pode reclamar o direito de uso.

Para além da agricultura, o seu uso como base para a pesca é bastante forte na comunidade.

Via de regra, não existem moradores na ilha. Ela não se constitui um espaço habitado. Não há registro de reuniões, festas, comemorações ou quaisquer outros tipos de atividades sociais, no sentido da convivência, descrita por Brandão (1995).

No domínio do trabalho, a área de plantio da lagoa mede cerca de 6 ha. Foi incorporada ao polígono produtivo da comunidade, em virtude da sua fertilidade natural. Em oposição aos processos sociais desenvolvidos na ilha, a área da lagoa é o espaço exclusivo da agricultura, quase não se pode observar o cercamento. Há a presença de colchetes ou outras marcas que demonstrem certa hegemonia da cultura sobre a natureza.

A área da beira rio Pacuí é o mais tradicional espaço de produção, assemelha-se à típica roça/lavoura camponesa. Mede aproximadamente 14 ha, utilizada para o plantio. Alguns criam gado e cavalos na área.

O sistema de uso difere-se da ilha. Na beira do rio Pacuí, todos tem seus espaços mais ou menos delimitados. O direito de uso das roças é fixo no tempo, definido e socialmente aceito como posse. O uso do espaço é feito, essencialmente, pelos homens. Admite-se a extensão do trabalho às mulheres, apenas em época especiais em que a disponibilidade de mão-de-obra não é suficiente para atender a demanda.

c) Espaço de Natureza: O sistema de usos do espaço, observados na comunidade, revelou o terceiro macro-espaço de Pacuí. Para além da singularidade usada no início deste tópico, os moradores costumam fazer distinções bastante evidentes e coerentemente explicadas por eles. O próprio tempo de existência da comunidade, a crescente pressão demográfica sobre o território e a manutenção de um sistema agrícola sustentável, explicam as diferenças apontadas na constituição desse espaço.

Este espaço não pode ser definido pelo seu uso ou frequentamento e sim, precisamente pelo seu não uso e sua evitação. Os espaços de natureza são marcados pela inexistência de construções sociais para uso de moradia ou estruturas de armazenamento agrícola, e sim, pela presença de fauna e uma flora natural bastante desenvolvida. De forma alguma, isto significa que o espaço não tenha sido em algum momento utilizado ou incorporado ao mundo de sociabilidade na comunidade.

Os moradores de Pacuí apontaram quatro fases distintas para o espaço da Natureza:

Matinho: Roças recém abandonadas, em que a vegetação típica começa a retornar. Pode ser reincorporada a área agricultável sem a necessidade de técnicas muito elaboradas de limpeza e preparo da terra.

Capoeira: Roça abandonada há poucos anos. A vegetação já se encontra em um estágio de sucessão mais avançado. A capoeira para ser novamente incorporada na agricultura, demanda utilização de técnicas de preparo.

Matão: Roça abandonada há vários anos. Apresenta vegetação bastante densa. Para cultivar novamente nessa área, será necessária muita força de trabalho e a utilização de técnicas agrícolas e de preparo da terra. Ocasionalmente, se maneja gado e cavalos nessas áreas.

Cerrado: Natureza nunca trabalhada. Como a disponibilidade de terras é pequena nessa comunidade, a taxa de cerrado preservado é pequena.

A interpretação dos espaços na comunidade retrata a forma de divisão e organização da própria consciência e interpretação das pessoas em relação ao mundo natural e aos espaços socializados que elas criam dia após dia em seu trabalho, ao ocupar a praça ou rezar na missa.

A igreja, a casa, o quintal, o campo de futebol, a ilha e o cerrado são na verdade a expressão da produção espacial do povo de Pacuí. As pessoas de lá vivem em um constante ir e vir, transitando entre os espaços que habitam. O Senhor Narciso, quando sai de casa pela manhã e segue em direção a sua roça as margens do rio Pacuí, não faz um trajeto qualquer. Ele sai do mundo que a sua cultura criou e cria todos os dias, erguendo casas, construindo igrejas ou jogando futebol, para atravessar um domínio natural, no qual as forças sociais de produção não estão sendo empregadas regularmente e, chega ao mundo intermediário entre a cultura e o mundo natural. A roça é para a comunidade uma representação do espaço de equilíbrio entre a cultura e a natureza.

FORMAS DE TRABALHO E USOS DO TERRITÓRIO

A comunidade, tradicionalmente, organiza seu território segundo uma regra de classificação dos domínios (da cultura, do trabalho e da pura natureza). Para além de uma mera classificação, a di-

visão dos espaços exemplifica, de forma concreta, como a comunidade maneja seus recursos naturais e mostra, também, as estratégias e adaptações realizadas para conservação dos padrões tradicionais de vida e trabalho.

Os espaços são percebidos e incorporados no discurso das pessoas como os locais de domínio das ações sociais sobre a natureza, nos quais os recursos naturais são transformados ou absorvidos diretamente como produtos para a sobrevivência da comunidade. Em nenhuma entrevista, os moradores se referiram aos lugares como espaços da produção direta de alimentos. No domínio da cultura, não há cultivo, pelo menos, naquilo que é próprio da atividade agrícola.

Segundo os moradores, as atividades realizadas no domínio da cultura envolvem relações sociais não produtivas, no sentido do trabalho peculiar à comunidade, no qual se maneja o ambiente para a produção de alimentos. No domínio da cultura, as pessoas convivem. As ações são realizadas para esse fim. Os moradores destacaram as seguintes atividades presentes nesse espaço: educação, alimentação, festejos, esportes (futebol), conversa, descanso e a produção da farinha.

Em comum, essas atividades listadas, praticadas no espaço de convívio social, nunca são ações do tipo trabalho + técnica + natureza. Para os moradores, mesmo nas atividades em que são empregadas as forças de trabalho, nesse espaço elas nunca são mobilizadas, para combinar com os elementos da natureza. O processo de educação, isto é, a escolarização dos meninos, é um processo totalmente social, pois envolve exclusivamente o trabalho.

Por outro lado, no exame das classificações que caracterizam o domínio da natureza, é possível verificar que nesses espaços não são realizadas quaisquer atividades que envolvam o trabalho ou técnica. Todos os processos ocorrem naturalmente, sem a intervenção do trabalho ou da técnica socialmente intencionada. No discurso local, mesmo os lugares recém abandonados são entregues à renovação ou à recuperação de sua vitalidade por desdobramentos de processos alheios às intervenções humanas no nível do trabalho ou da técnica, ou seja, a recuperação de tais áreas se dá por meio do processo natural. Em termos de percepção do manejo do ambiente, os usos do espaço do trabalho revelam, com destaque, as estratégias de adaptação e a leitura que a comunidade fez e faz sobre seu território. A comunidade

dispõe de três espaços de produção: a Ilha, a área da lagoa e a beira do rio Pacuí.

A comunidade organiza a produção baseada no uso extensivo da força de trabalho familiar. O cuidado com a lavoura é responsabilidade dos indivíduos do sexo masculino. Normalmente jovens e crianças, têm uma participação ativa no ciclo agrícola anual. Todos cumprem uma jornada extensa de trabalho. A baixa quantidade de terras cultivadas por família facilita a manutenção do trabalho familiar, sem a necessidade de busca de mão-de-obra assalariada.

Um primeiro exame, elaborado com base na descrição dos camponeses sobre o calendário típico da lavoura, indica as estratégias de articulação das forças produtivas da comunidade e o esquema de uso desses espaços específicos.

O calendário agrícola anual é baseado na previsão tradicional de ocorrência das chuvas. O período agrícola é intenso, de setembro a abril. De setembro a novembro, a comunidade se dedica às atividades de preparo do solo e de plantio das primeiras roças que consiste, basicamente, na capina para retirada de material vegetal que disputa espaço com as plantações.

Em dezembro e janeiro, os agricultores se veem envolvidos com as atividades de manutenção e limpeza das roças plantadas. Nos meses de fevereiro e março, é realizado o tombamento do milho e se inicia a preparação do solo para receber o feijão da seca ou de segunda época. Os meses de abril e maio são dedicados para a colheita das roças, principalmente para o beneficiamento da mandioca e a fabricação de farinha, gomas e etc.

Há uma pausa bastante acentuada na ocupação produtiva da comunidade nos meses de junho e julho. Nesse período, segundo os relatos, os membros da comunidade se envolvem em atividades externas, principalmente a coleta de frutos dos cerrados (pelos jovens). O plantio de hortas pelas mulheres é intensificado e, os homens, ocasionalmente, podem se envolver com atividades remuneradas fora da localidade.

As áreas de produção, denominadas, ilha, lagoa e beira do rio Pacuí, têm seu manejo regulado pelo regime de chuvas. Isso significa que a comunidade elabora o seu calendário de trabalho e ajusta a disponibilidade de mão-de-obra para que a terra esteja preparada para ser plantada, assim que as chuvas caírem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço no modo de vida campesina em Barra do Pacuí foi abordada neste trabalho levando-se em consideração alguns aspectos teóricos, entre eles: as formas de percepção e de manejo do ambiente, as dimensões de conduta social entre os camponeses e deles para com o espaço e os padrões de socialização da natureza, isto é, a forma como os espaços naturais são convertidos em lugares sociais.

Na comunidade de Barra do Pacuí, a produção econômica e a reprodução social, no sentido mais amplo, ainda são garantidas em função de um entendimento profundo dos espaços, nas possibilidades de uso do território e do manejo eficiente e equilibrado do ambiente, permitindo o alcance das mínimas condições de sobrevivência ou dos mínimos vitais descritos por Candido (2003).

Pode-se perceber que a comunidade camponesa de Barra do Pacuí orienta suas formas de apropriação e utilização dos recursos naturais e, por conseguinte, a própria construção dos espaços e a qualificação dos lugares, baseadas em uma interconexão de elementos de ordem cultural, econômica e simbólica. Portanto, a construção do espaço, neste tipo de organização social passa, necessariamente, por reconhecer o que é espaço natural e o que é espaço social, bem como por entender em que medida esses espaços estão conectados e imbricados.

Daí, a importância em se discutir e aprofundar o papel dos sentimentos, da emoção, da afetividade e dos laços simbólicos que ligam o camponês aos lugares sociais de usos da vida e a constituição das suas “geo-biografias”.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. Partilha da vida. São Paulo: GEIC/Cabral Editora, 1995.

_____. Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável. Brasília: MMA, 2005.

CANDIDO, A. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. 372 p.

MARTINS, J. S. Capitalismo e tradicionalismo (estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil). São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOORTMANN, E. F. Anuário Antropológico. Edições UFC, v. 81, 1983, p.164-203.

WOORTMAM, K. Anuário Antropológico. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 87, 1990, p. 11 – 73.